

Pontos e Contrapontos na Abordagem ao Estudo de Caso:

Contribuições para a sua aplicabilidade

Susana Pescada
CICS.NOVA.UÉvora
pescadasusana@gmail.com

Resumo

São diversas as fontes teóricas que procuram discutir e reflectir sobre a aplicabilidade do Estudo de Caso nas investigações. No entanto, até ao momento, os conceitos fundamentais relacionados com esta estratégia de pesquisa ainda não estão suficientemente compreendidos e esclarecidos. O que para muitos pesquisadores não deixa de ser uma situação lamentável que o valor e a verdade dos resultados inferidos a partir de estudos de caso continuem a ser questionados e desacreditados. A este respeito, Flyvbjerg, na sua obra *Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso* (2004), procura corrigir e elucidar os mais “equivocados” sobre a utilidade dos estudos de caso na produção do conhecimento científico. O objectivo deste artigo é, além de apresentar alguns dos contributos teóricos mais importantes no desenvolvimento de pesquisas mediante o Estudo de Caso, esclarecer alguns dos seus conceitos-chave e, com isso, levantar e discutir as limitações e potencialidades da prática do Estudo de Caso.

Palavras-Chave: estudo de caso, caso, unidade de análise, metodologia, pesquisa qualitativa.

Introdução

A condução de pesquisas científicas orientadas por análises e avaliações qualitativas – geralmente designadas por pesquisas qualitativas, é uma opção metodológica cada vez mais frequente e valorizada pelos investigadores que buscam a produção de conhecimento científico enquanto fonte de aprendizagem e de compreensão da realidade social.

A modalidade de pesquisa que aqui se apresenta como foco da nossa reflexão – o *Estudo de Caso* – convida a avaliação qualitativa, na medida em que o seu principal intuito é o estudo profundo e intenso de uma unidade social. Busca-se, deste modo, apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo de um objecto delimitado. Contudo, o interesse pelo Estudo de Caso tem provocado a discordância e o questionamento de inúmeros investigadores quanto à essência e à validade dos estudos conduzidos através desta metodologia de pesquisa.

Estudos epistemológicos têm revelado que um grande número de pesquisas orientadas pelo estudo de caso apresenta sérias lacunas, nomeadamente ao nível do rigor da análise – intuitiva, primitiva e impressionista, não conseguindo, por isso, alcançar o conhecimento científico que toda a ciência social espera: a *generalização*. De um lado, surge um grupo de pesquisadores que confirmam a existência de diversas fontes de erros que comprometem um estudo de caso, discutindo as limitações da prática do Estudo de Caso, concretamente as concebidas por Robert Yin (Martins, 2008). Do outro lado, autores como Bent Flyvbjerg, baseando-se no princípio Kuhniano “*de que uma disciplina que carece de uma elevada quantidade de estudos de caso conscientemente desenvolvidos é uma disciplina sem exemplares (...) e uma disciplina sem exemplares é uma disciplina ineficaz*” – mostram que o conhecimento convencional sobre a investigação mediante estudos de caso está errado e equivocado (Flyvbjerg, 2004: 33). Conforme Flyvbjerg, “*a ciência social deve reforçar-se mediante a realização de mais estudos profundos de caso*” (2004:57).

Considerando que os estudos de caso são amplamente utilizados em muitos campos, torna-se cada vez mais peremptório a reflexão em torno desta abordagem metodológica, a fim de se clarificar as noções de «Estudo de Caso», «Caso» e «Unidade de Análise», bem como identificar as ambiguidades e as contradições em torno da prática do estudo de caso. Estes e outros aspectos constituem os pontos de discussão a desenvolver neste artigo, cuja finalidade é, no fundo, apresentar os «pontos e os contrapontos no uso do estudo de caso como modalidade de pesquisa».

1. A gênese e a essência do «estudo de caso»

O estudo de caso é usado como uma abordagem qualitativa de pesquisa e tem vindo a ser aplicada há várias décadas, sendo que apenas ganhou um lugar de destaque nos últimos 35 anos, aproximadamente (Grünbaum, 2007). Esta metodologia é aplicada não só nas ciências sociais, como psicologia, sociologia, antropologia e economia, mas também nas práticas orientadas para domínios, tais como, os estudos ambientais, serviço social e educação (Johansson, 2003).

O método de estudo de caso é uma das mais antigas conhecidas formas de investigação científica, porém, em 1994 (com a obra de Yin), teve o seu primeiro esforço de definição de protocolos com vista a uma prática unificada. Desde essa altura, a referida obra tem se tornado referência básica para investigações que usam este método. De acordo com Martins (2008), a valorização desta referência justifica-se não só por ser inovadora, mas também pela consistência normativa dos procedimentos propostos pelo autor. Da mesma geração de estudos de caso (a chamada segunda geração) [1], fazem parte outras referências igualmente importantes, são elas: Robert Stake, M. Q. Patton e B. Flyvbjerg.

Com base nas definições do estudo de caso, podemos constatar que existe uma percepção difusa e turva entre os pesquisadores. Existem, assim, diferentes ideias sobre o que é um estudo de caso. Contudo, é consensual que um estudo de caso é usado para capturar a complexidade de um único caso (Johansson, 2003).

Johansson (2003) procurou, no entanto, encontrar um ponto de entendimento entre alguns dos pesquisadores do Estudo de Caso (Ragin & Becker, 1992; Yin, 1994; Stake, 1995; Miles & Huberman, 1994; entre outros), que se traduz nas seguintes linhas: “O estudo de caso deve ter um “caso” que é o objeto de estudo. O “caso” deveria: ser uma unidade de funcionamento complexa; ser investigado no seu contexto natural, com uma multiplicidade de métodos; e ser contemporâneo” (Johansson, 2003:2).

Para outros autores, o estudo de caso trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Conforme Yin (1994), define-se como uma metodologia válida nas situações em que as questões a serem respondidas são do tipo “como?” ou “porquê?”, sempre que o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos e em situações cujo foco encontra-se em fenómenos complexos contemporâneos, inseridos no contexto real. Prosseguindo com a abordagem de Yin, o estudo de caso como ferramenta de investigação científica é utilizado para compreender processos na complexidade social, nos quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para a análise de obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares (Yin, 1994). Daí que, segundo este autor, a metodologia implica, em certos casos, a existência de uma teoria prévia, que será testada no decorrer da investigação, admitindo noutros casos a construção de uma teoria a partir da recolha dos dados mediante a pesquisa. Assim, Yin define “estudo de caso” com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos (Yin, 1994:13). Por outro lado, Bell (1989) define o estudo de caso com o termo «guarda-chuva» para uma família de métodos de pesquisa, cuja principal preocupação é a interação entre factores e eventos. Fidel (1992) refere que o método de estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo e que os estudos de campo são investigações de fenómenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do investigador. Já Coutinho (2003), refere que quase tudo pode ser um “caso”: um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou

mesmo uma nação. Da mesma forma, Ponte (2006) considera que: *“É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.”* (Ponte, 2006:2)

Desta forma, os pesquisadores supracitados enfatizam diferentes características para o estudo de caso. Robert Stake (1998) assinala que o essencial para o estudo de caso não são os métodos de investigação, mas que o objeto de estudo é um caso, isto é, a forma de um estudo de caso é definido pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação utilizados (*as cited in* Johansson, 2003). Outros pesquisadores, como Yin (1994), colocam maior ênfase no método e nas técnicas que constituem um estudo de caso. Johansson (2003) acrescenta que a principal característica da metodologia do estudo de caso potencia a combinação de diferentes métodos com o propósito de iluminar o caso a partir de diferentes ângulos, isto é, a triangulação através da combinação de diferentes estratégias metodológicas. Desse modo, o referido autor salienta que o estudo de caso poderá ser tratado como um «meta-método», defendendo que o mesmo possui uma importância especial, sobretudo em estudos de caso orientados para a prática, tais como arquitetura e planeamento, pelo que a capacidade de agir dentro da prática profissional é baseada no conhecimento de um repertório de casos assentes, tanto em experiências pessoais, como de modelos de casos estabelecidos no interior da profissão.

2. Relação conceptual entre «caso» e «unidade de análise»

Quando procuramos esclarecer a noção de estudo de caso, devemos, primeiramente, clarificar a seguinte questão: *O que é um caso?* A noção de caso não está bem definida e permanece ainda como um assunto de discussão. Conforme Johansson (2003), o caso pode ser um objecto relativamente limitado ou um proces-

so, que pode ser teórico, empírico, ou ambos. Ou então, um caso é um fenómeno específico do tempo e espaço. Esclarece, contudo, outro aspecto que dificulta muitas vezes a aceção de “caso”: o tipo de caso no qual o estudo de caso se foca pode alterar-se ao longo do processo de pesquisa, além de que o estudo de caso sobre um fenómeno particular pode ser lido como uma investigação de um fenómeno diferente (Johansson, 2003).

Na abordagem ao estudo de caso, vários autores buscam elucidar outro conceito igualmente importante, designado de “unidade de análise”. Numa breve revisão da literatura, descobrimos contributos valiosos que nos ajudam a entender o significado da unidade de análise. Niels Grünbaum (2007) fala da existência de ambiguidade no significado da “Unidade de análise” e o “caso” em si, considerando que é problemático o facto da autenticidade e transferibilidade dos resultados dos casos serem bastante diminutos. Refere que *“a ambiguidade presente parece resultar de uma relação tautológica entre «caso» e «unidade de análise»”* (Grünbaum, 2007: 83). A propósito desta relação, Grünbaum faz referência a outros autores. Para Patton (2002), não há diferença entre o caso e a unidade de análise, pelo que os “casos são unidades de análise”. Feagin et al. (1991) discutem o significado da unidade de análise, considerando-o idêntico a um estudo de caso e decisivo na definição de uma «unidade de análise apropriada» (*as cited in* Niels Grünbaum, 2007). Grünbaum revela que o argumento exposto pelos autores citados assenta na ideia de que “o estudo de caso é baseado em axiomas sobre a realidade que são incomensuráveis com uma abordagem lógica dedutiva. Pelo contrário, o caso de estudo naturalmente pertence a uma abordagem naturalista” (Grünbaum, 2007:83). Também Vaughan (1992) alega que “o caso pode ser tudo, como também idêntico à «unidade de análise»” (*as cited in* Niels Grünbaum, 2007: 83). Grünbaum afirma que, apesar das diferentes concepções, existe um certo consenso entre os referidos autores: “um caso é o que decidimos”, onde nos é possível *“variar as configurações organizacionais que escolhemos para explorar as questões da nossa pesquisa, avaliar e comparar sistematicamente os resultados”* (Grünbaum, 2007: 83).

Outros autores assumem que o «caso» em si é fundamental para o que nos pode revelar sobre o fenómeno e para o que pode representá-lo. Por seu lado, Nor Berg (2001) faz uma sucinta distinção entre uma «unidade de análise» e um «caso» ao considerar que a unidade de análise define o que o estudo de caso está a focar, como por exemplo, um indivíduo, um grupo, uma organização ou uma cidade (*as cited in Grünbaum, 2007*). Na mesma linha, surgem outros argumentos que consideram que o «caso» é a sua unidade de análise, o que significa que um caso é idêntico a um sistema limitado; e um sistema limitado é tido mais como um objeto do que um processo. Esta visão é sustentada por autores como Stake (1995), que privilegiam o uso da expressão «objeto de estudo» em substituição à terminologia «unidade de análise» (*as cited in Grünbaum, 2007*)

Prosseguindo com a análise, Grünbaum (2007), ao fomentar Yin como uma das contribuições mais influentes desta abordagem de pesquisa, adverte que ele é igualmente impreciso quanto à clarificação do significado de unidade de análise. Refere que, tal como outros, Yin argumenta que a unidade de análise é idêntica ao caso em si e que "em cada situação, uma pessoa individual é o caso, sendo esse o estudo, e que o indivíduo é a principal unidade de análise" (*as cited in Grünbaum, 2007: 85*). Em suma, ao longo da obra de Yin, está patente a ideia de que é fundamental definir a unidade de análise (ou o caso em si), constituindo este um passo importante na concepção e realização de um único caso.

3. A selecção do caso ideal para a compreensão do objecto de estudo

Considerando as diferentes abordagens em torno da relação conceptual entre «caso» e «unidade de análise», torna-se oportuno levantar uma das inúmeras questões que recorrentemente são patenteadas pelos pesquisadores que se interessam pelos estudos de caso: *Como é um caso seleccionado para o estudo?*

Não há dúvida que o caso pode ser seleccionado para estudo mediante um interesse intrínseco no caso,

sendo que, na opinião de Johansson, nestas situações o pesquisador não tem interesse em generalizar os seus resultados. O pesquisador concentra-se, antes, em compreender o caso. Caso os resultados sejam generalizados, tal é feito pelo público através da «generalização naturalista», conforme defende Stake (1995).

Pese embora, para seleccionarmos o caso, torna-se imperativo recorrermos a uma estratégia metodológica. Esta estratégia consiste em detalhar as qualidades metodológicas características do caso escolhido, baseadas no objecto de estudo seleccionado. A estratégia metodológica resulta quase sempre da *Inicial Theory*, ou seja, da ideia inicial que o investigador tem do problema ou fenómeno percebido. Contudo, existem diferentes estratégias e tipos de Estudos de Caso que nos ajudam a enquadrar e a tipificar o caso que pretendemos investigar. Neste artigo daremos especial ênfase (embora de forma resumida) às propostas de Yin (1994), Stake (1995) e Flybjerg (2001).

Stake emprega três tipos de caso possíveis: «intrínseco»; «instrumental» e «coletivo». Quanto ao *estudo intrínseco*, o pesquisador não tem nenhuma ambição sobre teorias que produzam aplicação geral, interessando-se sobretudo pela possibilidade de aprendizagem mediante o estudo desse caso. Grünbaum (2007) compara-o ao desenho Yin caso de Tipo 1, onde o lógico pode ser um caso crítico. Em relação ao segundo tipo (*instrumental*), as funções de caso surgem como um meio facilitador para alcançar a compreensão de outra coisa. Conforme Stake (1995), citado por Grünbaum (2007), esta situação permite-nos observar que o caso é utilizado para conseguir algum tipo de compreensão global, havendo uma distinção conceptual entre o caso e o que pesquisador quer apreender (ou seja, o fenómeno). Por último, o *estudo de caso de tipo coletivo* é basicamente uma variação de um estudo de caso instrumental, ainda que muitas vezes seja apresentado, por outros pesquisadores, como Punch (2005), como um tipo estudo de caso independente (*as cited in Grünbaum, 2007*). Nas palavras de Grünbaum (2007), Stake afirma que esta variação do tipo estudo de caso é necessária quando o pesquisador necessita estudar

mais casos instrumentais para alcançar uma maior compreensão.

Na perspectiva de Robert Yin (1994), há quatro tipos de estudo de caso possíveis, são eles, *o caso único com enfoque holístico*, *o caso único com enfoque incorporado* e *os casos múltiplos* com os mesmos enfoques. Deste modo, Yin estabelece táticas distintas para cada tipo de estudo de caso.

No que concerne ao *estudo de caso único*, o autor sugere-o quando o mesmo representa o caso decisivo para testar uma teoria bem formulada, seja para confirmá-la, seja para contestá-la, seja ainda para estender a teoria. Nesta situação, o caso único deve satisfazer todas as condições para testar a teoria. A opção pelo caso único deve ser sustentada, também, quando o caso representa uma situação rara ou extrema, de que são exemplo situações do domínio da saúde, tais como, casos patológicos incomuns. A terceira situação prende-se quando o caso único se mostra revelador, quando o pesquisador tem a possibilidade de observar um fenómeno anteriormente inacessível à investigação científica. Aponta-nos, por último, outra alternativa à escolha do Caso único, especificamente quando este é utilizado como introdução a um estudo mais apurado ou, ainda, como caso-piloto para a investigação (Yin, 1994). Contudo, como nos aponta Martins (2008), o maior risco do estudo de caso único é que a explicação científica falhe pela fragilidade dos resultados apresentados, em virtude de possíveis incidências de fenómenos encontrados apenas no universo pesquisado, comprometendo, assim, a sua confiabilidade. O mesmo autor sugere que, em qualquer uma das alternativas apresentadas por Yin, o pesquisador deverá “*construir uma teoria que explique e preveja o fenómeno investigado*” (Martins, 2008:13).

Quanto à proposta de Yin pela opção de estudos de casos múltiplos, este considera-os mais concludentes, reprimendo aqueles que não os consideram estudos de caso. Afirma, contudo, que uma das chaves para se construir um estudo de caso múltiplo bem-sucedido é que este obedeça a uma lógica de replicação e não a da amostragem, que implica o procedimento estatístico para se seleccionar o conjunto de

indivíduos a participar no levantamento da informação (Yin, 1994). Todavia, faz algumas advertências em relação ao estudo de caso múltiplo, nomeadamente o facto de implicar muitos recursos face aos recursos que um estudante ou um pesquisador dispõem. Neste termo, o autor desautoriza a possibilidade de um empreendimento ser realizado nestes moldes por um individuo. Os estudos de casos múltiplos devem obedecer a um conjunto de etapas cruzadas. Cada caso deve ser seleccionado de modo a prever resultados semelhantes ou, inversamente, produzir resultados contrastantes por razões previsíveis. A “lógica da replicação” pressupõe uma estrutura teórica bastante fortalecida, na medida em que a mesma tornar-se-á o instrumento para generalizar para casos novos. Nessas condições, torna-se possível a construção de uma teoria (*grounded theory*) a partir dos resultados comuns aos casos analisados. Na opinião de Yin (1994), generaliza-se uma teoria para explicar e prever fenómenos parecidos, e não variáveis conforme estudos amostrais.

Mais recentemente, Flybjerg (2001) veio acrescentar novas estratégias de selecção de amostras e casos. Quando, por um lado, o objectivo é alcançar uma maior quantidade de dados sobre um dado problema ou fenómeno, devem ser seleccionados dois tipos de amostras: aleatórias ou estratificada. Mas, por outro lado, quando a selecção é orientada para a informação, no sentido de maximizar a sua utilidade mediante pequenas amostras e casos únicos, isto é, os casos seleccionam-se a partir das expectativas do seu conteúdo de informações. Nestas situações, o investigador poderá optar pela selecção dos seguintes casos: *casos extremos/desviados*, cujo o objectivo é alcançar informação sobre os casos não usuais, que podem ser especialmente problemáticos ou especialmente bons num sentido estritamente mais definido; *casos com máxima variação*, que deverá partir da escolha, por exemplo, de três ou quatro casos que são muito diferentes numa dimensão: tamanho, forma de organização, orçamento ou localização, com o intuito de obter informação sobre a importância de várias circunstâncias em curso e o resultado do caso; *casos críticos*, cuja finalidade passar por obter informações que permitam deduções locais do tipo “*se isto é (ou não) válido para este caso, então é para todos casos (ou nenhum*

caso)"; e, por último, *casos paradigmáticos*, que consistem em desenvolver uma metáfora ou estabelecer uma escola para o domínio a que se refere o caso (Flybjerg, 2001:45).

Relativamente às estratégias de selecção de casos, Flybjerg (2001) veio confirmar através da sua experiência que um investigador de casos que explora novos campos deve estar preparado para as situações inesperadas, por exemplo, quando julga estar a estudar um caso crítico, pode estar a estudar outro tipo, forçando-o a olhar o problema de uma outra forma e a reajustar a sua postura como investigador. Daí a questão lançada pelo referido autor: "*Como podemos identificar um caso crítico?*"; que emergiu de um estudo de caso que desenvolveu, cuja experiência levou-o a reconsiderar o tipo de caso que teria identificado no início da sua pesquisa. Para si, a resposta a esta pergunta é mais difícil de contestar do que a pergunta "*o que é um caso crítico?*". Explica, portanto, que localizar um caso crítico requer experiência, sendo que não há nenhum princípio universal metodológico para identificar com certeza um caso crítico. Aconselha que a melhor forma de encontrar casos críticos é seleccionar os casos "mais prováveis" ou "menos prováveis", isto é, casos que apresentam muitas probabilidades de confirmar claramente, bem como de falsificar irrefutavelmente, as proposições e as hipóteses (Flybjerg, 2001).

4. Sentidos e usos da prática do estudo de caso

Na sequência da última questão - como seleccionar um caso? -, surge uma outra que, na verdade, assume um peso ainda maior para os pesquisadores que privilegiam esta metodologia: *como podemos generalizar a partir de um único caso?*

Para alguns autores, o caso escolhido deve ser representativo. Esta representatividade é relativa às qualidades metodológicas a ele atribuídas. A definição do caso deve permitir uma avaliação da sua generalidade, tendo em vista os resultados da análise possível (Hamel et al., 1993). Conforme Johanasson (2003),

as generalizações a partir de casos não são estatísticas, mas sim analíticas e assentes em três princípios de raciocínio: *dedutivo* [a teoria (hipóteses) é testada num caso, e validade ou falsificada], *indutivo* [a partir dos factos de um caso para a teoria] e *abdução* [a partir dos factos e da teoria para o caso, isto é, a (re)construção do caso, ou a partir dos casos para um caso]. Na sua opinião, tais generalizações podem ser feitas a partir de um caso, usando um ou combinando estes princípios (Johanasson, 2003).

Na realidade, existe um conhecimento convencional bastante consolidado sobre a investigação mediante estudos de caso. A este propósito, Bent Flybjerg (2001) desenvolveu um moroso e atento trabalho de descoberta e comprovação acerca do conhecimento que se produziu (e produz) sobre o estudo de casos. A sua concepção sustenta-se no princípio de Thomas Kunh de que uma disciplina que carece de estudos de caso conscientemente realizados traduz-se numa disciplina sem «exemplares» e uma disciplina sem exemplares é uma «disciplina ineficaz». Para além de um conjunto valioso de referências teóricas, como Donald Campbell & Stanley (1966), que o apoiaram na sua descoberta: "*os problemas do conhecimento convencional para aceitar a investigação mediante estudos de caso podiam resumir-se em cinco mal entendidos ou simplificações excessivas da natureza deste método*" (as cited in Flybjerg, 2001:35). Conforme Flybjerg (2001), o primeiro mal entendido assenta na ideia de que o conhecimento geral, teórico (independente do contexto) é mais valioso do que o conhecimento concreto, prático (dependente do contexto). Nesta linha, o autor defende que a proximidade do estudo de casos com as situações da vida real são muito importantes para os investigadores, primeiro porque permite o desenvolvimento de uma visão «matizada» da realidade; segundo porque, se estes querem desenvolver as suas próprias capacidades, a experiência concreta e dependente do contexto significa para eles um peso importante no seu processo de aprendizagem. Por outro lado, afirma que na ciência não existem teorias preditivas nem universais quando se estudam as condutas humanas, logo o "*conhecimento concreto dependente do contexto é mais valioso do que a procura de teorias preditivas e universais*" (Flybjerg, 2001:39).

O segundo mal entendido afirma que não se pode generalizar a partir de um único caso e, consequentemente, o estudo de casos não pode contribuir para o desenvolvimento científico. Segundo Flybjerg (2001), esta ideia destrói o valor científico do estudo de casos, considerando incorrecto afirmar que não se pode generalizar a partir de um único caso, pois depende do caso que se trata e de como foi seleccionado, isto é, a estratégia de selecção de um caso pode potenciar a capacidade de generalizar a partir de um caso. Ao citar Thomas Kuhn, Flybjerg mostra que a precondição mais importante para a ciência é que os investigadores possuam amplos conhecimentos práticos para realizar o trabalho científico e a generalização é só um deles, assegurando que: *“O estudo de casos é ideal para a generalização utilizando o tipo de comprovação que Karl Popper chamou de «falsificação», que em ciência social é parte da reflexividade crítica (...) é adequado para identificar «cisnes negros» devido ao seu enfoque na profundidade: o que parece ser «branco», muitas vezes resulta «negro» quando se examina mais de perto (...) Pode-se generalizar com base num único caso e no caso de estudo pode ser crucial para o desenvolvimento científico através da generalização como suplemento ou outros métodos alternativos. Mas a generalização formal é supervalorizado como fonte de desenvolvimento científico, enquanto “a força do exemplo” é subestimada.”* (Flybjerg, 2001:43)

O segundo mal entendido veio sustentar o terceiro que declara que o estudo de caso é, numa primeira fase do processo de investigação, mais útil para gerar hipóteses, ao contrário de outros métodos que são mais adequados para a confirmação de hipóteses e construção de teorias. Na sua visão, o estudo de caso é adequado, tanto para gerar, como para confirmar hipóteses, não se limitando apenas a estas tarefas. Acrescenta que a confirmação das hipóteses está directamente relacionada com a questão da generalização e esta, por sua vez, relaciona-se com a questão da selecção do caso. Nessa medida, sustenta que a capacidade de generalização dos estudos de caso podem aumentar mediante a selecção da estratégia do caso. Sugere, assim, que um caso representativo ou uma amostra aleatória pode não ser a estratégia mais adequada, especialmente quando o objectivo é alcançar a maior quantidade de dados possíveis sobre um determinado problema ou fenómeno. Já um caso

atípico ou extremo revela, na opinião do referido autor, mais informação, pelo que activa mais actores e mais mecanismos básicos na situação em estudo, além de, mediante uma perspectiva orientada para a compreensão e para a acção, serem geralmente mais valiosos na clarificação das causas profundas de um determinado problema e das suas consequências (Flybjerg, 2001).

Quanto ao quarto mal entendido, expõe que o estudo de casos contém uma falha para a verificação, ou seja, uma tendência para a confirmação de noções preconcebidas do investigação, Flybjerg (2001) reformula a ideia, confirmando que “a experiência indica que o estudo de caso contém uma maior tendência para falsificação de noções pré-concebidas para verificação” (Flybjerg, 2001:53).

Em relação ao quinto mal entendido – “geralmente é difícil resumir e desenvolver proposições e teorias gerais com base em estudos de caso específicos”, o referido autor esclarece-nos que: *“É certo que muitas vezes é difícil resumir os estudos de caso, em especial no que respeita ao processo do caso. É menos correcto no que toca ao resultado. Os problemas envolvidos na síntese dos estudos de caso, no entanto, se devem mais às propriedades da realidade estudada do que ao estudo de caso como método de pesquisa. Muitas vezes não é desejável resumir e generalizar os estudos caso. Bons estudos devem ser interpretados como narrativas na sua totalidade.”* (Flybjerg, 2001:57).

Defende, portanto, que a boa ciência social é guiada pelo problema e não pela metodologia, no sentido que emprega métodos que, perante uma dada problemática, contribuem melhor para responder às perguntas de investigação levantadas. Acresça que, apesar disso, na ciência social a balança dos estudos de casos e grandes amostras está hoje em dia mais inclinada para estas últimas, colocando os estudos de caso em desvantagem no domínio da maioria das disciplinas (Flybjerg, 2001).

5. Estudo de caso: críticas à sua adequabilidade

Com base neste trabalho, algumas questões precisam de evoluir para que o Estudo de Caso seja contemplado com mais cuidado. O âmbito do quadro conceptual em torno da metodologia do Estudo de Caso é bastante amplo e difuso. Este assume o risco de se tornar comum, muito mais pela forma como é muitas vezes abordado e desenvolvido na academia, do que pelos problemas que o mesmo levanta quanto à sua validade científica. Como nos sugere Niels Grünbaum (2007), isto leva-nos a questionar se pode haver apenas o estudo de caso como estratégia de investigação ou se precisamos de outras adaptações.

Tendo por base as propostas dos autores supracitados, consideramos conveniente sugerir uma reflexão de âmbito nacional sobre como esta estratégia de pesquisa está a ser aplicada no nosso contexto académico. Se nos debruçarmos melhor sobre o assunto e fizermos uma revisão cuidada da pesquisa académica portuguesa, principalmente, nos níveis de mestrado e doutoramento, observamos que o modelo de pesquisa concebido por Yin é recorrentemente usado e citado. A proposta de Yin oferece certamente diversos parâmetros para se pensar e discutir o método, pelo que foi concebida a partir de uma experiência pessoal e de um contexto específico, que é o contexto científico norte-americano contemporâneo, que, como sabemos, é muito diferente do nosso.

Na verdade, a obra de Yin privilegia a aplicação da metodologia através de equipas de investigadores, relegando para segundo plano a possibilidade de concretização do processo de recolha de dados a partir de um só investigador. Este é, sem dúvida, um dos pontos que nos leva a concluir que a referida proposta ainda precisa de uma contextualização para a realidade portuguesa, já que a tradição da investigação científica no nosso país, em particular no que concerne aos cursos de mestrado e doutoramento, configura-se como uma investigação solitária e não colectiva. A respeito das equipas, Yin chega mesmo a afirmar que uma investigação de Estudo de Caso deve contar com vários investigadores. Além disso, é importante sublinhar que são necessários mais dois

aspectos para a pesquisa de estudo de caso: tempo e dinheiro.

Em primeiro lugar, a questão do tempo limita o leque de possibilidades de investigação orientada por um Estudo de Caso. Por outro lado, o recurso financeiro pode ser claramente um impeditivo para o pesquisador elaborar um Estudo de Caso consistente e que cumpra as exigências proposta por Yin.

Tais considerações não desvalorizam a importância do trabalho pioneiro de Robert Yin e, menos ainda, procuram tecer críticas ao nosso contexto académico. Apenas procuramos levantar a questão quanto à aplicabilidade da sua obra dentro da realidade nacional. É preciso, pois, uma revisão crítica da obra e a elaboração de um estudo (ou estudos) que contribua para melhorar a aplicação desta metodologia nas nossas pesquisas. Consideramos importante deixar de repetir Yin e propor efectivamente uma metodologia nacional, adequada ao nosso contexto actual, no sentido em que a mesma deverá prever as limitações académicas, contribuindo para uma orientação equilibrada de projectos de pesquisa e para o valor científico do Estudo de Casos.

Conclusões

A essência da metodologia do estudo de caso é a triangulação, a combinação de diferentes níveis de técnicas, métodos, estratégias e teorias. Há autores que acreditam que o estudo de caso se desenvolva através do poder destas combinações. A combinação das abordagens quantitativas e qualitativas está bem estabelecida no estudo de caso, mas mesmo assim os diferentes padrões de qualidade - a respeito da verdade, da aplicabilidade, da consistência e da neutralidade - nas pesquisas qualitativa e quantitativa são ainda difíceis de codificar .

Contudo, a descoberta de Flybjerg (2001) contribui grandemente para esclarecer alguns equívocos e ideias erradas relativamente ao Estudo de Caso. Pelas razões expressas pelo autor, o estudo de casos é um método necessário e suficiente para determinadas e importantes tarefas de investigação nas ciências soci-

ais, sendo que, em comparação com outros métodos de investigação, é um método que funciona bem. Ainda que, para que funcione, é imperativo que o pesquisador consiga previamente problematizar o caso que pretende estudar, de maneira a que selecione o melhor ângulo (ou ângulos) a analisar. O que significa, questionar o caso a estudar e esclarecer conscientemente as razões que o levam a analisá-lo.

Referências bibliográficas

- Bell, J. (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science*. (2ª Ed) Milton Keynes, England: Open University Press.
- Fidel, R. (1992). The case study method: a case study, In: J. D. Glazier & R.R. Powell, *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 238. pp.37-50.
- Flyvbjerg, B. (2004). Cinco Malentendidos Acerca de la Investigación Mediante los Estudios de Caso. REIS, 106, pp.33-62. Disponível em: http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_106_041167998142322.pdf
- Grünbaum, N. N. (2007). Identification of ambiguity in the case study research typology: what is an unit of analysis. *Qualitative Market Research: an International Journal*, pp. 78-97. Disponível em www.emeraldinsight.com/1352-2752.htm
- Hamel, J. et al. (1993). *Case Study Methods*. London: Sage Publications.
- Johansson, R. (2003, Setembro). Case Study Methodology. *Royal Institute of Technology and International Association of People Environment Studies*, pp. 1–13.
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132. (Este artigo é uma versão revista e actualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), pp. 3-18.)
- Punch, K. (1998). *Introduction to Social Research: Quantitative & Qualitative Approaches*. London: SAGE Publications.
- Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Nota: [1] O primeiro tipo de metodologia dentro da segunda geração de estudos de casos foi a Grounded Theory, a qual fundiu métodos de estudo qualitativo de campo da escola de Chicago de sociologia com métodos quantitativos de análise de dados. O resultado foi uma metodologia indutiva baseada no uso de procedimentos detalhados para analisar a informação recolhida (Johansson, 2003).

Susana Pescada | Doutoranda em Sociologia, IIFA-UÉvora